

Educação Interprofissional em Saúde (EIP): um caminho potente para o fortalecimento do SUS

O cenário brasileiro apresenta uma realidade marcada por mudanças que trazem repercussões de ordem social, política e econômica para o País. No campo da saúde, especificamente quando nos reportamos ao Sistema Único de Saúde (SUS), na sua forma *operandis*, princípios como da Universalidade, Equidade e Integralidade são postos em cheque a cada instante.

Direitos assegurados constitucionalmente pelo Estado tem sido contrariados por uma série de interesses de uma minoria burguesa que envida esforços diários no fomento de retrocessos que impactam diretamente na qualidade da atenção à saúde da população brasileira.

Diante dessa realidade desafiante, enxergamos a formação em saúde e a qualificação dos trabalhadores para o SUS como um caminho potente para articularmos coletivos implicados, afetados e dispostos a permanecer e acreditar no sistema público de saúde brasileiro, que mesmo apresentando limites, especialmente em seu arcabouço jurídico-institucional, ainda se configura como uma das maiores políticas públicas de saúde do mundo, pelo seu caráter universal, equânime e integral, favorecendo o acesso a bens, serviços e direitos para todos.

Nesse contexto, insere-se a Educação Interprofissional em Saúde (EIP), que se expressa no Brasil, assim como em outros países do mundo, como uma estratégia educacional capaz de melhorar a qualidade da atenção à saúde no SUS, uma vez que busca o desenvolvimento de ações para a transformação da formação profissional em saúde com uma maior integração entre ensino, serviço e comunidade, vislumbrando uma prática mais colaborativa, que responda às necessidades de saúde complexas e dinâmicas da população, muitas vezes, mergulhada em um contexto de vulnerabilidades.

Os caminhos para uma prática colaborativa, interprofissional, interdisciplinar, intersetorial e de um trabalho em rede envolve uma série de desafios que compreendem desde as relações de poder entre as profissões, bem como a hierarquização destas e das instituições envolvidas na atenção à saúde. O fato é que precisamos nos integrar, dialogar e nos envolver no rompimento dos paradigmas do modelo clínico, biológico, excludente e flexneriano, historicamente hegemônico na implementação das políticas públicas de saúde brasileira.

É preciso resistir! É preciso acreditar que integrados podemos avançar na consolidação do SUS e enfrentar os grandes desafios de uma crise moral, social, política e econômica, nos comprometendo com a oferta de serviços de saúde com qualidade, fortalecendo a lógica da colaboração na dinâmica do trabalho em saúde.

Imbuídos desse desejo, convidamos aos leitores apropriarem-se das reflexões apresentadas pelos artigos que compõem o n.1, de 2019, da SANARE – Revista de Políticas Públicas.

Boa leitura!

Cibelly Aliny Siqueira Lima Freitas

*Pós-doutorado em Enfermagem pela Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Docente do Curso de Enfermagem da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)*